

Palocci: críticas não mudarão política econômica

economia · Brasil

Ministro garante que BC só responde a pressões da inflação e diz que governo não deu cavalo-de-pau na economia

Vivian Oswald e
Luciana Rodrigues

• BRASÍLIA e RIO. O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, deixou claro ontem que as críticas que a sua equipe tem recebido, mesmo aquelas que vêm de dentro do governo e do PT, não vão mudar o rumo da política econômica. Em entrevista ao "Bom Dia Brasil", Palocci afirmou que não viu como críticas as duras declarações feitas semana passada pelo vice-presidente, José Alencar, sobre a manutenção dos juros, mas como palavras com muito sal. Mais tarde, ele respondeu às críticas do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

Palocci defendeu a decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC), que na semana passada manteve em 26,5% a taxa básica de juros da economia. E garantiu que o BC responde a pressões inflacionárias e não políticas.

— Com críticas ou não, vamos continuar no nosso rumo. Vamos persistir nessa linha, porque estamos muito seguros de que o combate à inflação e a redução da dívida são fundamentais para o Brasil crescer com sustentabilidade. Falamos desde a eleição que não vamos provocar uma bolha de crescimento com inflação só para agradar aos olhos do país. O Brasil já cresceu com a inflação alta e, ao fim, veio o desastre. Não vamos cometer o mesmo erro — afirmou o ministro.

Palocci disse estar preparado para receber críticas de dentro do governo e acrescentou que a equipe econômica não quer popularidade, e sim acertar as contas do país.

— Estamos preparados para ouvir as críticas vindas de



ANTONIO PALOCCI: "O BC já tem autonomia, responde a pressões inflacionárias, não a pressões políticas"

dentro do governo. Mas não vejo as declarações de José Alencar como críticas; são palavras com muito sal. Não o vi chamar o Banco Central de incompetente, mas reclamar dos juros e do mercado. Não estamos na equipe econômica para buscar popularidade. Estamos na equipe para buscar acertar as contas do país. Se o governo não fizer isso agora, fará durante quatro anos. Não tem alternativa — destacou o ministro.

À tarde, no Rio, Palocci comentou as declarações de José Dirceu, que na semana passada, sem perceber que um discurso seu estava sendo gravado e transmitido ao vivo, afirmou que o governo estaria dando um cavalo-de-pau na economia. Para Palocci, o governo fez um ajuste severo, porém necessário.

— Fizemos um ajuste severo, mas não acho que isso seja um cavalo-de-pau na economia — afirmou, referindo-

se ao aumento do esforço fiscal para 2003, que obrigou a um corte nos gastos do governo — Depois da crise que o Brasil viveu no ano passado, nós tínhamos que fazer um ajuste severo, sob pena de ter que fazer um ajuste de média intensidade durante anos ou talvez durante décadas.

Segundo o ministro, os efeitos desse ajuste severo já podem ser vistos na melhora dos indicadores econômicos do

país. Palocci destacou que Dirceu sempre foi um defensor da política econômica.

— Ele tem sido um apoiador decisivo da política econômica. Ele tem clara compreensão do esforço que o país precisou fazer nesse momento. Quando nós decidimos não aumentar os impostos (para cumprir o superávit fiscal primário de 4,25% do PIB), tivemos que fazer um corte de R\$ 14,1 bilhões no Orçamento — lembrou Palocci, que esteve no Rio para receber uma homenagem da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan).

De acordo com o ministro, esse esforço já surtiu efeitos, tanto que nas próximas semanas o governo vai liberar R\$ 1 bilhão dos recursos contingenciados.

'No nosso governo, o Banco Central já tem autonomia'

Na entrevista ao "Bom Dia Brasil", Palocci voltou a defender a independência do BC. Ele destacou que essa autonomia já vem sendo exercida pela autoridade monetária.

— No nosso governo, o BC já tem autonomia. O BC responde a pressões inflacionárias, não responde a pressões políticas — disse.

Segundo Palocci, um banco central que não é autônomo é fraco, vacila, não age, perde o controle e, quando recebe críticas, muda de postura. O ministro afirmou que o governo defende a aprovação de uma lei para garantir a autonomia do BC para o país ter certeza de que a autoridade monetária terá como foco o controle da inflação e não cederá a pressões políticas.

— Queremos uma lei para dar um caráter institucional — disse o ministro. ■

André Teixeira